

O **Informativo Mensal de Conjuntura** faz parte das publicações e análises efetuadas pela equipe técnica do Boletim *Economia & Tecnologia* publicado trimestralmente. O Informativo apresenta uma análise rápida dos principais indicadores conjunturais da economia brasileira, com dados atualizados até o mês anterior à publicação e é disponibilizado aos leitores interessados entre os dias 15 e 20 de cada mês. O *download* gratuito pode ser feito no site www.economiaetecnologia.ufpr.br.

POLÍTICA MONETÁRIA E INFLAÇÃO

Na quarta reunião do ano, realizada nos dias 8 e 9 de junho, o Comitê de Política Monetária (COPOM), anunciou o aumento da taxa básica de juros de 9,50% a.a. para 10,25% a.a.

Esta elevação da taxa de juros de 0,75% a.a. já era esperada pelo mercado, dado o aumento marginal da projeção da inflação para o ano de 2010 e a forte aceleração da economia verificada no período recente.

De acordo com dados do IBGE, o PIB cresceu a uma taxa de 9% em relação ao mesmo período de 2009. Além disso, ocorreu um crescimento de 2,7% em relação ao último trimestre de 2009.

A partir da pesquisa FOCUS, a perspectiva é que a taxa de juros básica chegue em 11,75% a.a. em setembro. Este cenário, o mais provável, ocorrerá mesmo com a desaceleração projetada para o PIB nos próximos trimestres, o que, no acumulado do ano, fará com que a taxa de crescimento do PIB feche em 6,5/7,0% a.a.

Esta desaceleração ocorrerá devido, dentre outros fatores, por conta do fim dos incentivos fiscais, como a redução da alíquota do IPI e dos incentivos creditícios, a partir dos juros de mercado, em decorrência do reflexo do aumento da taxa de juros Selic e também do aumento do recolhimento compulsório.

Em termos de juros reais, o Brasil mantém a primeira colocação. Descontando-se a taxa de inflação projetada para os próximos 12 meses, o Brasil possui 5,2% a.a., de taxa de juros reais, seguido pela China, com 2,4% a.a, Indonésia, com 2,2% a.a., Rússia, com 1,7% a.a. e África do Sul, com 1,6% a.a.

De acordo com informações do Banco Central do Brasil e do IBGE, o IPCA aumentou 0,43% em maio ante 0,57% em abril, registrando a menor variação mensal desde dezembro de 2009. A variação acumulada do indicador atingiu 3,09% nos cinco primeiros meses do ano, ante 2,20% em igual intervalo de 2009, enquanto, considerados períodos de doze meses, o índice aumentou 5,22% em maio, ante 5,26% em abril.

A partir do relatório do BACEN, a desaceleração mensal registrada na variação do IPCA traduziu o impacto mais acentuado da retração, de 0,75% para 0,47%, observada no âmbito dos preços livres, em relação ao proporcionado pela aceleração, de 0,14% para 0,33%, registrada na variação dos preços monitorados.

Uma análise segmentada do IPCA revela que sua variação mensal em maio traduziu, em grande parte, as contribuições das elevações observadas nos grupos habitação, 0,10 p.p.; despesas pessoais, 0,08 p.p.; e saúde e cuidados pessoais, 0,08 p.p. O índice de difusão atingiu 60,94%, registrando estabilidade em relação a abril e situando-se acima de 60% desde novembro de 2009.

A taxa de inflação acumulada em 12 meses ficou em 5,22% e a inflação acumulada em 2010 ficou em 3,09%.

Em relação ao IGP-DI, verificou-se uma variação de 1,57% em maio, ante 0,72% em abril, acumulando alta de 5,12% no ano e de 4,38% em doze meses.

No que diz respeito ao Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA) ocorreu uma variação de 2,06% em maio, refletindo os aumentos assinalados nos produtos agropecuários, 0,19%, e nos industriais, 2,66%, enquanto, considerado o período de doze meses encerrado em maio, aumentou 3,77%, refletindo as elevações respectivas de 4,79% e 0,71% observadas nos preços dos produtos industriais e agropecuários.

De acordo com o Banco Central a variação do IPC-Br apresentou desaceleração de 0,76% em abril para 0,21% em maio, acumulando 5,28% em doze meses.

O INCC variou 1,81% em maio, ante 0,84% em abril, acumulando 6,07% em doze meses. O núcleo do IPC-Br, repetindo a evolução mensal observada em abril, cresceu 0,47% em maio, acumulando 4,16% em doze meses.

NÍVEL DE ATIVIDADE

O IBGE divulgou no início do mês de junho o resultado do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro do primeiro trimestre de 2010. O PIB do Brasil cresceu 2,7% no comparativo entre o primeiro trimestre de 2010 e o quarto trimestre de 2009, na série com ajuste sazonal, chegando ao valor de R\$ 826,4 bilhões. A tabela 1 mostra os resultados do PIB segundo diversos comparativos.

TABELA 1 - PIB - BRASIL - PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2010

Períodos	PIB	Agropec.	Indústria	Serviços
1 tri 2010 / 4 tri 2009	2,7%	2,7%	4,2%	1,9%
1 tri 2010 / 1 tri 2009	9,0%	5,1%	14,6%	5,9%
Acumulado 4 trimestres	2,4%	-3,3%	zero	3,6%

FONTE: IBGE.

A análise da tabela mostra que a indústria foi o setor que teve maior participação na expansão do PIB, com 4,2% de crescimento no primeiro trimestre de 2010 em relação ao trimestre imediatamente anterior.

No comparativo entre o primeiro trimestre do corrente ano com o primeiro trimestre do ano passado a expansão do PIB é substancialmente maior, chegando a 9,0%. Neste comparativo também se destaca a indústria com crescimento expressivo de 14,6%. A atividade industrial foi puxada principalmente pelo aumento de 17,2% do valor adicionado da Indústria da Transformação, que sofreu influência da expansão da produção de máquinas e equipamentos; eletrodomésticos; indústria automotiva, incluindo peças e acessórios; metalurgia / siderurgia; indústria têxtil; produtos químicos e artigos de borracha e plástico. O setor de Construção Civil também registrou importante crescimento de 14,9%, consequência dos programas de habitação e do aumento do crédito disponível para o setor.

Finalmente no comparativo entre o acumulado dos quatro últimos trimestres com igual período anterior, o PIB registrou expansão de 2,4%, tendo nesse comparativo maior participação do setor de serviços, que apresentou crescimento de 3,6%.

A tabela 2 apresenta os resultados do PIB pela ótica da demanda interna. No comparativo entre o primeiro trimestre de 2010 e o trimestre imediatamente anterior o destaque é para a formação bruta de capital fixo, que registrou expansão de 7,4%. No comparativo entre o primeiro trimestre do corrente ano e o primeiro trimestre do ano passado o crescimento da formação bruta de capital fixo é ainda mais expressivo, chegando ao valor de 26%.

Finalmente na comparação entre o acumulado dos últimos quatro trimestres com os quatro trimestres anteriores o destaque positivo foi para o consumo das famílias, que apresentou elevação de 6,0%. A formação bruta de capital fixo nesse comparativo registrou retração de 1,5%.

TABELA 2 - PIB - BRASIL - PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2010

Períodos	PIB	FBCF	Consumo Famílias	Consumo Governo
1 tri 2010 / 4 tri 2009	2,7%	7,4%	1,5%	0,9%
1 tri 2010 / 1 tri 2009	9,0%	26,0%	9,3%	2,0%
Acumulado 4 trimestres	2,4%	-1,5%	6,0%	3,1%

FONTE: IBGE.

Os dados mostram que a economia brasileira vem se recuperando bem e que o ano de 2010 começou com um bom desempenho, especialmente no setor industrial. A preocupação de muitos analistas agora é com um possível aquecimento da economia que possa gerar pressões inflacionárias, o que pode levar a um aperto na política monetária para os próximos meses.

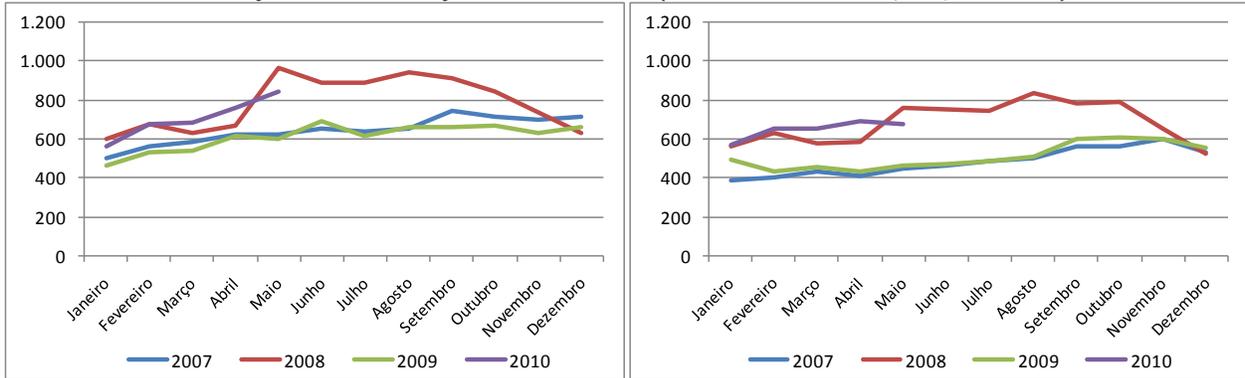
SETOR EXTERNO

O Brasil exportou em maio o equivalente a US\$ 17,7 bilhões em bens e serviços, ou US\$ 843 milhões em cada um dos 21 dias úteis do mês. Essa última cifra vem de um incremento de 11,2% sobre abril deste ano, e de 40,7% sobre maio de 2009.

O valor importado em abril foi de US\$ 14,3 bilhões, equivalentes a US\$ 679 milhões por dia útil, resultantes de uma queda de 2,1% sobre abril e de uma alta de 45,5% sobre maio do ano passado.

O superávit comercial registrado no mês passado, de US\$ 3,443 bilhões ou US\$ 164 milhões por dia útil, foi o maior desde dezembro de 2009. A cifra vem de uma alta de 23,7% em relação a maio do ano passado, e de 155% sobre o mês de abril deste ano.

GRÁFICO 1 - EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS (MÉDIA POR DIA ÚTIL, US\$ MILHÕES)



FONTE: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

As principais categorias de produtos exportados em maio foram grãos de soja (11,8% do valor exportado), óleos brutos de petróleo (9,8%), minérios de ferro não algomerados (9%), açúcar de cana (4,4%) e minérios de ferro aglomerados (3,4%). Os principais destinos das exportações brasileiras naquele mês foram China (19,6% do valor exportado), Argentina (8,3%), Estados Unidos (8%), Holanda (4,8%) e Alemanha (3,4%).

As principais categorias de produtos importados em abril foram óleos brutos de petróleo (6% do valor importado), óleo diesel (3,3%), automóveis médios (2,7%), naftas para petroquímica (1,46%) e componentes de aparelhos de recepção radiodifusora (1,3%). As principais origens das importações brasileiras naquele mês foram Estados Unidos (15,5% do valor importado), China (12,9%), Argentina (7,9%), Alemanha (6,9%) e Coreia do Sul (5,7%).

FINANÇAS PÚBLICAS

O Governo central arrecadou R\$78.570 milhões em abril, valor 25,6% superior ao registrado em março. As receitas do Tesouro Nacional (TN) contribuíram decisivamente para este resultado, com elevação de R\$15,6 bilhões, ou 33,5%. Destacam-se, nesse sentido, fatores sazonais de arrecadação, que possibilitaram incrementos nas receitas com o IRPF, igual a R\$3,5 bilhões e com o IRPJ e a CSLL, iguais a R\$2,6 bilhões e R\$1,5 bilhão, respectivamente. A receita líquida de transferências a estados e municípios também apresentou aumento expressivo, de 25,1%.¹

Pelo lado das despesas, os resultados apresentaram sentido oposto. Entre março e abril as despesas totais caíram 13,3%. Com exceção às transferências do tesouro nacional ao banco central, todas as demais rubricas apresentaram quedas nos gastos. Destacam-se as reduções com Pessoal e encargos sociais, igual a R\$3,2 bilhões ou 21% e com Benefícios previdenciários, de R\$3,3 bilhões ou 14,5%. Essa evolução propiciou a retomada da sequência dos resultados primários positivos, por parte do governo central, interrompida em março.

No acumulado do ano, até o mês de abril, as receitas somam R\$272.127 milhões, o que representa um salto de 18,3% em relação ao valor registrado no mesmo período de 2009. Cerca de 80% desse acréscimo é explicado pela expansão das receitas do TN, possibilitada, por sua vez, pelo aumento da arrecadação em função da retomada do crescimento da economia brasileira. O Resultado primário do governo central, como proporção do PIB, encerrou o mês de abril em 2,3%, o que representa um avanço em comparação com o registrado em 2009, igual a 2,02%.

TABELA 3 – RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL – ABRIL/ 2010 (R\$ milhões)

Resultado	Mar/10	Abr/10	Var (%)	Jan - Abr/2009	Jan - Abr/2010	Var (%)
Receita total	62.550	78.570	25,6	229.988	272.127	18,3
Receitas do tesouro	46.493	62.054	33,5	175.861	209.909	19,4
Receitas da previdência social	15.883	16.330	2,8	53.500	61.496	14,9
Receitas do banco central	175	186	6,1	627	721	15,1
Transf. a estados e municípios	9.015	11.607	28,7	38.914	44.225	13,6
Receita líquida total	53.535	66.963	25,1	191.074	227.901	19,3
Despesa total	58.095	50.387	-13,3	171.549	203.203	18,5
Pessoal e encargos sociais	15.159	11.972	-21,0	49.921	53.493	7,2
Benefícios previdenciários	22.609	19.342	-14,5	68.655	78.724	14,7
Custeio e capital	19.939	18.707	-6,2	51.819	69.702	34,5
Transf. do tesouro ao banco central	96	100	3,7	354	388	9,6
Despesas do banco central	291	266	-8,4	799	895	12,0
Resultado primário governo central	-4.559	16.576	-463,6	19.524	24.698	26,5
Tesouro nacional	2.283	19.669	761,5	34.852	42.100	20,8
Previdência social	-6.726	-3.012	-55,2	-15.155	-17.228	13,7
Banco central	-116	-81	-30,3	-173	-175	1,0
Result. primário do governo central	-3.912¹	nd	-	2,02²	2,30²	-

FONTE: Dados extraídos do Resultado Fiscal do Governo Central.²

NOTAS: (1) Corrigido pelo ajuste metodológico e discrepância estatística, em R\$ milhões; (2) Como proporção do PIB, sem as correções referidas na nota 1.

A Dívida Pública Federal (DPF) registrou valor igual a R\$1.585,07 bilhões em abril, o que representou um acréscimo nominal de 6,02% em relação ao registrado em março. Do valor total da DPF, 31,69% estavam atrelados a títulos com remuneração prefixada, 33,86% remunerados pela taxa Selic e 27,7% remunerados por índices de preços. Seu prazo médio diminuiu de 3,73 para 3,57 anos e o custo médio passou de 9,32% a.a. em março, para 9,55% em abril.³

¹ Informações extraídas de: Resultado do Tesouro Nacional – Maio/2010. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/hp/downloads/resultado/2010/Nimabr2010.pdf>. Acesso em: 19/06/2010.

² Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/hp/downloads/resultado/Tabela1.xls>. Acesso em: 19/06/2010.

³ Informações extraídas do: Relatório Mensal da DPF – Abril/2010. Disponível em: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/hp/downloads/divida_publica/relatorio_abr10.pdf. Acesso em: 19/05/2010.

Carlos Eduardo Fröhlich. Bacharel em Matemática e Graduando em Ciências Econômicas pela UFPR. Supervisor do boletim de *Economia & Tecnologia*. Área de concentração: macroeconomia e economia internacional.

carlos.e.frohlich@gmail.com

Guilherme Ricardo dos Santos Souza e Silva. Professor do Setor de Educação Profissional e Tecnológica da Universidade Federal do Paraná. Mestre em Desenvolvimento Econômico pela UFPR. Foco de estudo na área de Macroeconomia.

guilherme.ricardo@ufpr.br

Luciano Ferreira Gabriel. Mestre em Desenvolvimento Econômico pela UFPR. Analista Pleno da FIEP (Federação da Indústria do Estado do Paraná) e Professor da UniBrasil. Colaborador do boletim de *Economia & Tecnologia*. Área de concentração: inflação e política monetária.

lucianofg@gmail.com

Rafael Camargo de Pauli. Mestre em Desenvolvimento Econômico pela UFPR. Colaborador do boletim de *Economia & Tecnologia*. Área de concentração: finanças públicas.

rafaelcdp@gmail.com